

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E A PROBLEMÁTICA INDIGENISTA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

Maria Helena de Amorim Wesley*
Brasil Brasileiro
brasil@brasilbrasileiro.pro.br

RESUMO

Sendo o Brasil parte integrante do processo evolutivo da sociedade mais ampla, urge recuar no tempo e encontrar a Europa do século XV, sem o que os estudos sobre a formação da sociedade brasileira se inclinam a generalizações inválidas para a Amazônia, considerando que na colonização no Nordeste os sistemas econômicos, sociais e políticos se pautaram pela exploração agrícola, enquanto na Amazônia se basearam no extrativismo.

A manutenção e expansão do território amazônico graças às instalações de fortificações militares e *aldeamentos* de diversas ordens religiosas somente se reformulou a partir dos anos 60 do século XX com o surgimento do INCRA, que imprimiu novas diretrizes nas ações políticas, nem sempre favoráveis às comunidades amazônicas.

O desenvolvimento sustentável ligado à problemática ecológica reforça as suspeitas de que a falta de recursos e o relativo descaso com a preservação qualitativa das Forças Armadas e do Serviço Diplomático se deva a uma crença ambígua de que o país não sofre ameaças. Ao se implantarem em faixas de fronteira extensas áreas de reservas indígenas e de proteção ambiental, amplia-se o vazio de poder, promovendo-se a vulnerabilidade dos limites territoriais juridicamente fixados, comprometendo-se a segurança do território e a defesa da soberania, menosprezando-se ameaças igualmente históricas e hodiernas.

Palavras chaves: defesa – indígenas – segurança

1. INTRODUÇÃO	02
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	03
2.1. Contatos transpacíficos	
2.1.1. Estreito de Behring	
2.1.2. Grupos da Polinésia	
2.2. Contatos transatlânticos	
2.2.1. Fortificações militares e Ordens Religiosas	
3. CARACTERÍSTICAS REGIONAIS	05
3.1 Expansão Mercantilista	
3.1.1 Globalização: antigo desejo; investidas corsárias; Tordesilhas	
3.1.2 Capitânicas Hereditárias: resultados desiguais; declínio comercial	
3.1.3 Governos Gerais: minérios; aumento das desigualdades regionais.	
4. FORMAÇÃO DA SOCIEDADE	08
4.1 Esquecimento	
4.1.1 Ciclo da Borracha - Nordestinos	
4.1.2 Criações de Reservas: índios, mestiços, <i>brancos</i> e o processo de urbanização	
4.2 Missões, ONGs e Agropecuária	
4.3 A presença militar	
4.3.1 Preservação das fronteiras	

* Trabalho apresentado no II CONGRESSO DE CIÊNCIAS MILITARES - 2009/ECEME

*Responsável pelo site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>). Professor Adjunto-IV da UFAL (aposentada). O material deste escrito foi extraído do Projeto de Tese BRASIL: TRANSFORMAÇÕES INTERNAS, RELAÇÕES EXTERNAS E A DEFESA NACIONAL, com vistas ao Doutorado.

4.3.2 Apoio às populações

5. A QUESTÃO DA AMAZÔNIA	13
6. O EXEMPLO TIRIYÓ	14
7. CONSIDERAÇÕES GERAIS	16
7.1 PND (Política Nacional de Defesa)	
7.2 Re-equipamento, revisão política e orçamentária e conscientização	
Agradecimentos	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

1. INTRODUÇÃO

Sendo o Brasil parte integrante do processo evolutivo de uma sociedade mais ampla, urge a necessidade de recuar no tempo e encontrar a Europa do século XV, com a Inglaterra dos Henriques (1399 a 1509) distraída com intrigas palacianas, envolta nas lutas religiosas e nos gritos da Torre de Londres, embriagando-se nas tavernas; Espanha e Portugal empreendendo o Ciclo das Grandes Navegações, colonizando e dominando o mundo de então; a Itália despontando com o desenvolvimento das artes e das ciências.

O desprestígio inglês naqueles idos pode ser percebido no fraseado de Carlos V (Espanha) ao afirmar que falava com Deus em Espanhol, com as mulheres em Italiano, com os homens em Francês e com seu cavalo em Alemão.

Ao sair do torpor lúgubre, diante da conquista do México (Cortez) e do Peru (Pizarro), os ingleses se deparam com uma Espanha dona da América e de suas riquezas, dona da Igreja Católica (Papa Alexandre VI) e dona de quase todo o Atlântico e da Europa.

Os monarcas ingleses Henrique VIII (1509-47) e, destacadamente, Elizabeth I (a Rainha Virgem, 1533-1603) iniciaram expedições com a finalidade de recuperar o tempo perdido e conquistar prestígio internacional.

Nas costas brasileiras destacam-se as investidas dos corsários ingleses Hawkins, Drake e Cavendish; este último, sob o ataque dos portugueses na Ilha de São Sebastião (Rio de Janeiro), foge deixando em terra Anthony Knivet e Henry Barroway (Wesley, 2000).

A mentalidade científica aberta às evidências contemporâneas de que os verdadeiros americanos, na sua origem, formaram-se de várias raças, traz como consequência a assertiva de que o indígena não é uma raça, e sim a conjunção de várias raças, resultante de uma mescla antiquíssima (Wuthenau, 1996).

A exemplo de outros países latino-americanos, o Brasil também desenvolveu na sua formação o que se pode conceituar como um certo complexo de inferioridade às avessas, marca quase indelével na mentalidade nacional, que sufocou e procrastinou a emergência e a consolidação do país no cenário mundial. Esta afirmativa pode ser comprovada na constante atribuição de maior valor atribuída ao estrangeiro, na conservação de uma estrutura social dicotomizada que teve origem na bazófia de 1822, mantendo a mesma estrutura social do Brasil Colônia e comprometeu a autonomia nacional.

A fragilidade e o caráter superficial da autodeterminação brasileira seguem desde aquele ano sob o peso da dependência econômica, enraizada na sociedade através do modelo europeu assimilado no passado colonial, graças à cooperação doméstica contínua de uma minoria.

As dificuldades para o autoconhecimento cultural carregada pelas transformações contemporâneas acentuam a já tênue percepção da realidade pelos cientistas sociais, graças a tipicidade destes profissionais como componentes do objeto de estudo.

Mas esta característica não anulará a reflexão sobre a investida globalista atual exarada dogmaticamente como única direção do processo de desenvolvimento compreendido como história.

Tentar-se-á, sempre, neste espaço, uma breve interpretação do senso comum que enfatiza a totalidade das idéias, atitudes e comportamentos, fundados no sistema de valores aceitos e determinantes que orientam a presente transformação sócio-cultural brasileira.

A configuração da América Latina, e dos países como o Brasil, diante da perda dos suportes institucionais desestruturados pela célere globalização da máquina econômica, aponta para alterações ínsitas aos conceitos de *nação* e *nacionalidades* diante da desterritorialização econômico-social e conseqüente enfraquecimento político expressados nos organismos internacionais que abarcam o processo de desenvolvimento econômico, geralmente olvidando a evidência do homem como sujeito da economia, e onde a civilização se apresenta com a face transfigurada pela reviravolta do cenário político-econômico contemporâneo, como conseqüência do mau-uso dos recursos e da extrema rigidez do princípio do lucro.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1 – Contatos Transpacíficos

As várias raças que chegaram ao continente americano tiveram como rota primeira o Estreito de Behring, e estudos recentes também demonstram a veracidade de contatos transpacíficos e transatlânticos.

Os transpacíficos, considerados os mais importantes na região em foco, atestam contatos por mar com grupos da Polinésia que utilizaram correntes transpacíficas. Esta informação é amplamente aceita e ensinada nas escolas e universidades do Peru, baseada nos estudos de Paul Rivet e nas investigações de Clifford Evans e Meggers (1961) sobre o alcance dos contatos asiáticos.

A variedade de tipos com caracteres diversos, a disseminação de diferentes línguas e costumes discrepantes são reforços às evidências da multiplicidade de fontes do povoamento.

Sem a pretensão de fazer milagres de dedução e reconhecendo as limitações pessoais das colocações sobre as evidências da ocupação humana anterior ao aparecimento dos civilizados colonizadores, restrinjo-me a um olhar de relance, quando aqueles, munidos da capacidade de agredir e desequilibrar a harmonia da comunidade biótica das culturas indígenas, desencadearam um processo de deterioração do solo, de desaparecimento da fauna e de destruição da flora que conduziu à miséria as populações nativas.

O quase inexistente intercâmbio entre especialistas que, por não compartilharem idéias e descobertas, raramente se unem para formular conclusões sobre assuntos relativos ao objeto de suas pesquisas, tem como conseqüência uma exagerada especialização, levando ao absurdo de um conhecimento fragmentado não condizente com o interesse que a todos move, qual seja a qualidade e o futuro da vida humana.

Os estudos sobre a formação da sociedade brasileira em geral foram marcados por generalizações nem sempre válidas para a Amazônia, considerando-se que emergiam da colonização do Nordeste cujos sistemas econômicos, sociais e políticos pautaram-se na exploração agrícola, enquanto na Amazônia esses se basearam no extrativismo vegetal e animal (Figueiredo e Folha, 1975).

As atuais informações sobre a ocupação da Amazônia caracterizam-se, muitas vezes, pela ocorrência de dados incompletos referentes ao contexto cultural, ausência de controle cronológico e padrões de povoamento da área¹.

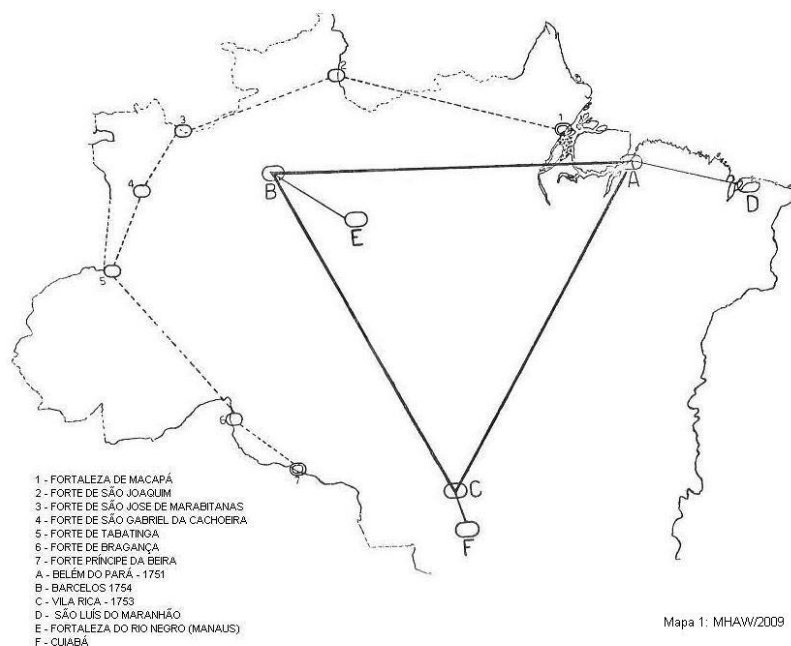
¹ O estudo da pré-história brasileira apresenta como requisito fundamental para a reconstrução de grupos desaparecidos, o atrelamento a caracteres ambientais para que se consiga uma ampla visão de conjunto.

A primeira (Bacia Amazônica) tipifica-se como uma região onde predominam as planícies, com elevada temperatura, inundações periódicas e exuberante vegetação e que, embora ecologicamente vasta, apresenta certa uniformidade na utilização da flora e da fauna. A segunda (Faixa Costeira) apresenta-se com clima que varia de temperado, com invernos frios e chuvas regulares durante o ano, sobretudo ao sul, com índice pluviométrico maior ao norte, que apresenta extensos cerrados e florestas restritas à área costeira, vegetação semi-árida de terrenos elevados (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA/1969).

As informações herdadas de cronistas como Caminha (1500), Pedro de Magalhães Gandavo (1555) e Gabriel Soares de Souza (1585), só recentemente estão sendo complementadas com uma visão científica dos problemas que envolvem a cultura e as migrações pré-históricas nas atuais regiões Norte e Nordeste, e raras são as evidências arqueológicas da presença do homem pré-cabralino nestas regiões que reafirmem aquelas informações.

Também as fontes de informação em que se basearam os estudos dessa região foram analisadas precariamente em termos teóricos, pois partiam do pressuposto de considerar a Amazônia como um todo, desconsiderando o complexo de forças geopolíticas (conquista da região e o domínio da terra) que atuaram nesse espaço, com a participação de índios, portugueses, africanos e mestiços, conformando um triângulo cujos vértices apoiavam-se em Belém (PA), em Barcelos (AM) e em Vila Bela (MT).

O TRIÂNGULO E OS PILARES MESTRES DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XVIII (APUD MENDONÇA, 1963: A6)



2.2 Contatos transatlânticos

Carvajal (1941) fornece as primeiras informações, antecedentes à colonização, sobre os silvícolas que habitavam as margens do grande rio. Tomando como referência os critérios de Ribeiro (1957), o quadro de relacionamento permanece o mesmo desde a conquista portuguesa: alguns grupos indígenas ficaram isolados, outros realizaram contatos intermitentes, outros permanentes, alguns foram integrados e muitos desapareceram do quadro demográfico da área.

2.2.1 Fortificações militares e Ordens Religiosas

A manutenção e expansão do território amazônico basearam-se na instalação de fortificações militares e *aldeamentos* sob a direção de diversas ordens religiosas enumeradas a seguir:

1 - Fortificações militares construídas ao longo das fronteiras vivas e mortas, com recomendações constantes de Cartas Régias, Alvarás e Decisões que aconselhavam e estimulavam o casamento entre portugueses e índias. O conjunto de fortificações é composto pela Fortaleza de São José de Macapá, pela Fortaleza de São Joaquim, pelo Forte de São José de Marabitanas, pelo Forte de São Gabriel da Cachoeira, pelo Forte de Tabatinga, pelo Forte de Bragança e pelo Forte Príncipe da Beira;

2 – *Aldeamentos* dirigidos por missionários Franciscanos da Província de Santo Antonio, Carmelitas, Mercedários, Jesuítas, Franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade e Capuchos da Conceição da Beira e do Minho foram estabelecidos nas proximidades de Belém, nas atuais zonas Bragantina, Guajarina, do Salgado e Gurupi; na ilhas de Marajó e no Amapá.

Esses religiosos subiram o rio Tocantins e se instalaram nos afluentes do Amazonas; no Solimões confinaram com os aldeamentos espanhóis e, muitas vezes, não lograram resultados positivos no estabelecimento de aldeias, mas alcançaram os rios Araguaia e o Branco (Maués, 1968).

A importância das missões no período colonial reflete-se no número de aldeias, engenhos de açúcar e fazendas da Companhia de Jesus (das outras Ordens Religiosas não se conhecem relações completas) e de estabelecimentos de ensino que permanecem em atividade até os dias de hoje (Reis, 1960).

3. CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

As frentes de penetração nacional na Amazônia mostram aspectos diferenciados conforme assumam a forma de economia extrativista, pastoril ou agrícola, movidas por interesses diversos na exploração do ambiente, organizadas segundo princípios estruturais próprios impondo compulsões diferentes sobre grupos tribais com que se defrontam (Ribeiro, 1957).

A conformação da sociedade nacional, inicialmente resultante das atividades econômicas que balizaram as relações étnicas e culturais fundamentadas no sistema patriarcal de exploração latifundiária, monocultora e escravocrata, teve no indígena, no colonizador português e no escravo africano os elementos básicos para a produção dos vários tipos humanos brasileiros (cafuzo, caboclo, cabra, crioulo, mameluco, mulato, pardo) que posteriormente, diante da imigração italiana, polonesa, alemã e japonesa, entre outras, e do crescimento demográfico, configuraram as sub-culturas regionais, evidenciando a relevância das formações históricas dos processos civilizatórios, da estratificação em classes e das adaptações ecológicas.

O estímulo aos casamentos entre portugueses e índias, presentes nas Cartas Régias dirigidas às fortificações militares, e a presença das Ordens Religiosas voltadas às atividades religiosas, econômicas e sociais, garantindo e assegurando a presença, a conquista e a posse portuguesas (Figueiredo & Folha, 1977), completam os exemplos de comunidades responsáveis pelo início da formação da cultura nacional.

A ocupação da terra, refletindo variáveis de povoamento, condicionou a expansão das frentes de penetração, dando aspectos peculiares ao sistema de *plantation*² (analisado por Harris, 1967) que constituiu a comunidade colonial, onde se estruturaram as classes sociais, e onde os casamentos e as relações ilícitas contribuíram, inicialmente, para a mestiçagem, que favoreceu a transferência de grandes propriedades e de bens para os filhos de mulatas e cabrochas, caracterizando as atividades econômicas, os modos de vida e a ocupação da terra.

No estudo desses processos, na conjunção do indígena, do africano e do europeu, há que considerar as características fisiográficas do território brasileiro e a utilização da mão-de-obra, a exemplo do elemento indígena (como caçadores, coletores, guias, pescadores e remeiros) na extração das drogas do sertão, do elemento negro nos ciclos da cana-de-açúcar e da mineração.

Na formação do país, a política indigenista que contempla a demarcação contínua de terras, fechando esses territórios como nação, com uma agricultura de subsistência e mantendo indígenas separados, sepultam a história brasileira de aculturação e assimilação das tribos desde o século XVII, numa espécie de busca ingênua de retorno ao estágio pré-cabralino, ignorando estudiosos de porte como Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Napoleão Figueiredo (brasileiros), Herbert Baldus, Karl von den Steinen e Egon Schaden, que se debruçaram sobre a inevitável integração dos indígenas à sociedade brasileira, todos etnólogos contrários – como soe acontecer com legítimos cientistas - à visão idílica constante na literatura brasileira de romances como, por exemplo, de José de Alencar e que continuam marcando a política indigenista da FUNAI e do CIMI³.

² “[...] propriedade agrícola organizada para suprir um mercado abundante de capital, em que os fatores são empregados primordialmente para aumentar o acúmulo de capital sem referência às necessidades de gabarito social dos proprietários; onde as relações sociais tendiam a ser íntimas e altamente pessoais”.

³ FUNAI: Fundação Nacional do Índio; CIMI: Conselho Indigenista Missionário.

Em uma demarcação descontínua ocorre o intercâmbio entre populações indígena, mestiça e branca, corroborando o que foi previsto e analisado pelos estudiosos supra; até mesmo os grupamentos situados na Serra Raposa do Sol apresentam avançado estágio de aculturação se tomar-se como exemplo a indígena advogada presente em julgamento do Supremo, representante máxima de aculturação dos indígenas daquela região que já assimilaram práticas religiosas e sociais diversas das originais.

Decorrente de vários fatores, a aculturação altera profundamente o sentir, o se relacionar e o se representar de qualquer povo, alterando seu comportamento com outros representantes nacionais (caboclos, mestiços, sertanejos e brancos). A introdução de novas técnicas e tecnologias na sua forma tradicional de trabalhar, nas suas vestes, na sua língua, na sua religião e na sua educação (escolas) esvaziam seus fundamentos culturais.

No decorrer de cinco séculos, a unidade nacional parece apontar para o aprofundamento da análise dos componentes das formações sócio-econômicas e políticas, e da interpretação da função social das ideologias, em que a assincronia da defasagem cultural derivada do processo de atuação histórica tipificou a sociedade ao se integrar na economia mundial como colônia escravista e, posteriormente, como uma formação neocolonial como assinala Ribeiro (1972).

Transcorridos cinco séculos da chegada oficial dos portugueses, a necessidade de compreender as peculiaridades da curta história brasileira, encaminha para a reflexão dos períodos marcantes das transformações econômicas, sociais e culturais que forneçam subsídios ao entendimento da industrialização tardia, característica comum aos países sul-americanos.

3.1 Expansão Mercantilista

A expansão mercantil européia na segunda metade do século XIV, tendo Portugal (através da dinastia de Aviz) como o primeiro Estado Nacional moderno (século XIV), impulsiona os grandes empreendimentos que fizeram das cartas de marear e dos registros de bordo os segredos de Estado de então.

Entretanto, o interesse comercial expansionista de espanhóis, franceses e, posteriormente, ingleses, constituiu o principal fator para que Portugal devotasse maior atenção à colônia, cujas atividades econômicas restringiam-se ao extrativismo do pau-brasil e às rudes trocas de escambo com as comunidades primitivas.

A organização das atividades produtivas através das Capitânicas Hereditárias finaliza a etapa pré-colonial dominada pelo extrativismo vegetal do pau-brasil. Portugal, associando particulares à colonização, consolida o domínio luso, sem prejudicar interesses prioritários na Ásia e na África, além de favorecer o surgimento das primeiras vilas - São Vicente e Piratininga - e o estabelecimento de atividades jurídicas, políticas e culturais.

3.1.1 Globalização: antigo desejo; investidas corsárias; Tordesilhas

A partir do século XVI, por conta das frentes de penetração (Entradas e Bandeiras) e da União Ibérica (1580-1640), o Meridiano de Tordesilhas (1494), que partilhara o mundo entre Portugal e Espanha com a benção do Papa espanhol Alexandre VI (Bula *Inter Coetera*), caduca. Após a restauração da soberania lusa, emergem na América Latina conflitos entre portugueses e espanhóis na região do Rio da Prata e, no Amapá, com os franceses que buscavam ocupar toda a margem esquerda do Rio Amazonas.

3.1.2 Capitânicas Hereditárias

Todavia, a desigualdade nos resultados das Capitânicas Hereditárias, a descoberta de minérios em Cerro Potosi (Bolívia), o declínio comercial asiático e africano e a incessante investida dos concorrentes estrangeiros conduziram ao estabelecimento do Governo Geral, com autoridade em todo o território.

A partir de 1695, a descoberta e exploração de ouro e de diamantes em Minas Gerais, impulsionam o desenvolvimento urbano da Região Centro-Sul.

O final do século XVIII e o século XIX mostram a inadequação do sistema colonial para o desenvolvimento, e a segunda metade do século XIX, apesar da manutenção de uma economia escravista e agrária voltada para o setor de consumo externo, já apresenta o contorno de ativida-

des capitalistas, destacando-se a Província de São Paulo, onde a cafeicultura substitui a mão de obra escrava por trabalhadores assalariados⁴.

Superando as exportações de açúcar e algodão, a produção do café – destinada sobretudo ao consumo norte-americano – além de aumentar a receita, arrefece a dependência comercial do Brasil à Inglaterra.

O desejo inglês de estabelecer relações comerciais com as colônias americanas, violando constantemente (através do contrabando) o monopólio luso e espanhol, teve nas Guerras Napoleônicas o momento perfeito para legalizar seus interesses, quando seus representantes em Portugal (Lord Strangford e o Almirante Sidney Smith) estabelecem condições para efetuar e proteger a retirada da família real portuguesa, a exemplo da abertura dos portos com óbvias vantagens para os produtos ingleses que seriam exportados para o Brasil.

A abertura dos portos, configurando o comércio internacional deficitário (saldado com empréstimos externos) abala as economias do país e desequilibram as finanças de particulares, onde, nas palavras de Caio Prado Júnior (1957):

"A vaidade sobrepondo-se a quaisquer outras considerações contará então como um fator econômico de primeira ordem. [...] Não serão poucos os que se arruinarão na ânsia de se aproximarem da corte e nela figurarem, alcançarem títulos, condecorações e honrarias. Situação que o rei, sempre em aperturas financeiras, não deixará de explorar."

Considerando a colocação acima, acredita-se poder compreender um pouco a sociedade brasileira, na qual, muitas vezes apresentando novos matizes e novas roupagens, o rastro colonial é palpável na dependência econômica e cultural, cujos contornos do servilismo podem ser identificados na satisfação dos interesses externos, lembrando sempre que qualquer sociedade dependente tem sobre os ombros uma evidente dominação de nações poderosas.

Embora a sociedade brasileira seja um exemplo de miscigenação, o caráter mimético dos planos econômicos elaborados por uma elite pensante embriagada de padrões europeus ou norte-americanos, compõe uma imagem distorcida do país, sempre de costas para a realidade nacional e sempre de frente para o estrangeiro.

A fundação pelos portugueses (1680) da Colônia do Santíssimo Sacramento (atualmente terras uruguaias) tem como contrapartida espanhola a fundação jesuítica dos Sete Povos das Missões (1687) e a posterior tomada e ocupação da Colônia do Sacramento. A tentativa de amenizar os conflitos na América do Sul dá origem ao Tratado de Utrecht (1713), pelo qual a França reconhece no extremo Norte, o Oiapoque como limite entre a Guiana e o Brasil. No Sul, os espanhóis devolvem a Colônia do Sacramento aos portugueses (1715).

Mas nem sempre a diplomacia consegue eliminar as disputas das populações locais e a latência das tensões, apesar da importância do Tratado de Madri (1750), com o qual Alexandre de Gusmão garantiu para Portugal, pelo princípio do usucapião (*uti possidetis* - a posse pelo uso), a legalização das incorporações territoriais luso-brasileiras, definindo na maior parte das suas linhas o atual contorno do Brasil. Por este tratado, foi assegurada à Espanha a posse da Colônia do Sacramento, ficando, por outro lado, garantida para os portugueses a região dos Sete Povos das Missões.

A permanência dos conflitos na Região Platina leva a alterações do Tratado de Madri, com a assinatura, em 1761, do Tratado de Santo Idelfonso. Os limites nele definidos nunca foram demarcados, arrastando-se a questão até 1801 (após a Guerra Ibérica entre Portugal e Espanha), quando o Tratado de Badajós incorpora definitivamente os Sete Povos das Missões a Portugal.

⁴ A baixa capacidade de consumo do trabalhador escravo negro torna-o antieconômico e acelera o processo abolicionista, como se pode constatar na Lei Visconde do Rio Branco, na Lei Saraiva-Cotegipe e na Lei Áurea (1888). A escravidão indígena diversas vezes proibida e várias vezes permitida foi extinta em 1755 pelo Marquês de Pombal, cujo objetivo político de retirar Portugal da dependência dos ingleses e estimular a economia lusa, não media esforços.

O prolongamento durante o século XIX das tensões na Região Platina, onde se efetuava a comunicação com o Mato Grosso através dos rios, desencadearam em 1821 o maior conflito armado da América do Sul, representado pela Revolução da Cisplatina, destacando-se (sob o comando de Caxias) a Dezenbrada e a Campanha da Cordilheira; a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, que resultou no reconhecimento da independência do Uruguai (1828) através do Tratado do Rio de Janeiro; e na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), encerrada diplomaticamente pelo Tratado de Assunção.

A penetração de seringueiros (de origem nordestina), através dos rios Javari, Juruá e Purus, em territórios bolivianos e peruanos, originaram conflitos armados, que foram contidos pela abertura de negociações sob a direção do Chanceler Barão do Rio Branco, culminando com o Tratado de Petrópolis, pelo qual o governo boliviano cedeu a região em litígio em troca de vultosa indenização e do compromisso para o Brasil da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O Tratado do Rio de Janeiro, assinado com o Peru, incorpora, definitivamente ao Brasil o território que forma o atual Estado do Acre.

4. FORMAÇÃO DA SOCIEDADE

4.1 Esquecimento

O reconhecimento de que só recentemente as regiões Norte e Oeste estão sendo ocupadas, especialmente a Amazônia, através de uma mudança do processo econômico, superando o extrativismo e quebrando o isolamento com o Sul e o Sudeste do país, iniciou-se com a construção da Belém-Brasília. Embora estivesse presente na visualização dos grandes problemas desde o período colonial, a ocupação do Norte ficou condicionada pelas limitações e características temporais que transformaram o Brasil Amazônico em região exportadora de toda a produção e importando para próprio consumo, sendo por isso a mais penalizada das regiões, pelas variações do mercado internacional (Osiris da Silva, 1962, p. 63).

A formação da sociedade baseada na atividade extrativista vegetal das drogas do sertão e da borracha desde o sec. XVII induzem a tentativas de colonização estrangeira para a prática agrícola, fracassadas pela inadaptabilidade à região e principalmente pelo direcionamento do governo central daquelas para a agricultura cafeeira no Sudeste.

A entrada de grandes contingentes de mão-de-obra nordestina no final de 1870, fugindo da grande seca, foi empregada nos seringais aumentando o desequilíbrio regional em face do esvaziamento das áreas voltadas à agricultura e ao isolamento dos nordestinos nos seringais.

No início do século XX, com o declínio do ciclo da borracha, a Amazônia mergulha no esquecimento, desgastada pelos movimentos nativistas, pelos surtos de varíola e malária, e a emigração para o Sudeste (plantações de café - Rio e São Paulo) e para as plantações de cacau na Bahia (Folha, 1990).

O desinteresse do governo brasileiro na questão do Acre demonstra claramente o descaso do Poder Central da República pelo Norte, ante o impudor da interferência norte-americana que explode com a entrega do Acre ao Bolivian Syndicate, chefiado pelo filho do então presidente Roosevelt, tendo como figura de proa o embaixador boliviano Felix Aramayo. Somente depois do comunicado do então Ministro das Relações Exteriores Barão do Rio Branco (24 de janeiro de 1903), observa-se uma mudança na atitude do Governo Federal, que resultaria no Tratado de Petrópolis (Lima, 1952).

Na segunda metade do século passado, embora estivesse integrada politicamente ao Estado brasileiro, a Região Norte encontrava-se profundamente desgastada pelas lutas nativistas, responsáveis pela desorganização da produção extrativista, agrícola e pecuária, considerando-se que as tropas revolucionárias eram constituídas pelos braços destinados a desenvolver aquelas atividades, além dos surtos de varíola e de malária contribuindo para o esvaziamento populacional da região, e a emigração de plantios, como o do café, para o Sudeste (Rio e São Paulo) e o do cacau para o Nordeste baiano (Osiris da Silva, 1962).

A Região Centro-Oeste configura-se como região periférica, na medida em que se apresenta como uma extensão da Amazônia e está ligada historicamente a São Paulo através da pecu-

ária, além de abrigar o Distrito Federal, o que de certa forma acelera e favorece seu processo de integração ao conjunto nacional.

4.1.1 Ciclo da Borracha – Nordestinos

Os efeitos do extrativismo da borracha sobre o setor primário começam a se fazer sentir na segunda metade do século XX, realçando para o governo a necessidade sentida pelo Estado de concentrar a agricultura nas mãos de imigrantes europeus, necessidade já perfeitamente identificada com o conceito de progresso agrícola. Conforme assinala Coelho (1978), a colonização estrangeira “*não passaria de uma série de tentativas mal elaboradas, incapazes de criar condições efetivas à mão-de-obra, inclusive pelo difícil acesso de imigrantes à terra, além do natural direcionamento do colono europeu para as áreas de acumulação do capital, no caso as agriculturas cafeeiras de São Paulo, refletindo o domínio do grupo hegemônico do café sobre o poder de decisão do Estado Imperial*” (Coelho, 1978, p. 5).

A entrada de grande contingente de mão-de-obra nordestina no final da década de 1870 não foi suficiente para eliminar a imposição ideológica da colonização estrangeira, embora se possa observar que a mesma se restringiu mais ao discurso oficial do que ao fato.

Geraldo Coelho esclarece que, entre 1860 e 1880, o aumento da demanda da borracha, imobilizando ainda mais a mão-de-obra nos seringais e esvaziando as áreas voltadas para a agricultura tradicional, fez com que crescessem de modo considerável nos discursos oficiais os apelos à imigração estrangeira (Coelho, 1978, p. 42).

4.1.2 Criações de Reservas: índios, mestiços, brancos e o processo de urbanização

A etiologia da hegemonia norte-americana, de cunho evidentemente expansionista, esboçou-se no século XIX (1893) com a conhecida Doutrina Monroe, que estabelecia apoio à independência das nações latino-americanas e a proibição a países não-americanos em empreendimentos colonialistas no continente, o que caracterizou a política do Big Stick ainda presente, como se pode constatar nas questões relacionadas à Amazônia, a exemplo da Nação Yanomami.

A conformação do Brasil Platino decorre do desenvolvimento industrial a partir da Segunda Guerra, da mecanização do campo e da imigração estrangeira, centralizando a vida econômica e cultural do país, simultaneamente a uma acelerada urbanização do sistema social, demonstrando que além das diversidades regionais, crescem as desigualdades sociais nos centros urbanos, onde a tessitura social apresenta uma evolução assustadora configurando o Brasil sob o peso da regionalização territorial caracterizando os fatores nacionais inibidores nos contrastes rurais e urbanos, e na diversificação no espaço urbano, carreando a complexidade de possíveis soluções, na medida em que os centros de decisão extrapolam atualmente as fronteiras nacionais, tal como previu Menezes Côrtes (1958), cuja análise mais aprofundada vem sendo efetuada no trabalho desenvolvido por esta autora, onde a visão comedida fundamenta-se em grande parte na visão sobre o empobrecimento cultural - do qual o Ocidente é em grande parte responsável -, conduzindo a interrogações sobre a barbárie contemporânea, na qual a comunicação entre as diferentes culturas só existirá se houver disposição à concessões baseadas na reciprocidade. Entretanto, considerando-se que “*As nações não têm amigos nem inimigos; têm interesses, conciliáveis ou conflituosos*” (Camillo Côrtes, 1995), constatar-se-á a fraude de uma pseudo universalidade imposta de forma violenta, e perpetuada na negação da outra.

4.2 Missões, ONGs e Agropecuária

Para realizar uma análise equilibrada, dever-se-á apresentar um esquema construído com bases no contexto nacional, através da observação direta e da análise crítica da realidade latino-americana. O exacerbado interesse pela Amazônia sempre foi ostensivo: em 1850 o Observatório Naval de Washington (defende a livre navegação internacional no Rio Amazonas); em 1902 o Barão de Richtofen; em 1989 Al Gore e Mitterrand; 1990 o Congresso de Ecologistas Alemães; em 1992 o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, John Major (ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido), Patrick Hugles (Agência de Inteligência de Defesa, Departamento de Defesa dos EUA); e em 2005 – Pascal Lamy (OMC). Seguem-se Kissinger, Thatcher e Gorbachov, todos questionando a posse brasileira da Amazônia e delineando a imposição da soberania compartilhada

(Paiva, 2008). Cabe chamar a atenção para o ano de 1992 (ECO-92) quando são fixadas as diretrizes para a ocupação e abandono da fase propagandista graças ao estabelecimento da Reserva Indígena Yanomamy, o que posteriormente impulsionou a criação de grande parte das Terras Indígenas (12% do Território Nacional). As campanhas tendenciosas e ofensivas à soberania do país expõem, entretanto, nossa vulnerabilidade, caracterizada pelo vazio de poder, ausência do Estado, desconhecimento dos riscos em não povoar, não integrar e não preservar. Ademais, movimentos sociais e órgãos ambientais e mesmo o governo federal apresentam certa conivência com ONGs que desembocam em conflitos internos entre as reservas indígenas, as áreas de garimpo, madeiras, e as fronteiras agrícolas. Acrescente-se a isso a alegada descoberta recente de índios isolados, sonho de todo antropólogo saudosista incapaz de reconhecer o fim do caminho diante da inevitável integração a ser feita por nós ou por outros.

Os movimentos sociais e órgãos ambientais do governo federal, coniventes com ONGs, desprezam os alertas dos riscos à soberania e integridade territorial, a exemplo das reais atividades desses organismos internacionais.

Entre as conseqüências decorrentes da análise objetiva do desempenho desses organismos Leonel (1998) ressalta que, apesar de seus objetivos declarados, os organismos internacionais acabam por servir aos interesses dos Estados que de fato direcionam sua atuação e que a Nação que não puder defender seus próprios interesses não deve jamais esperar que qualquer organismo internacional o faça por ela. Analogamente, as ONGs, quaisquer que sejam os objetivos altruístas que apregoam, na verdade são quase todas, braços auxiliares da política externa dos principais atores da cena internacional (Côrtes, 1999).

Durante a Guerra Fria, dentre os instrumentos utilizados pelas partes em enfrentamento existiram muitas entidades e organizações privadas internacionais. Com o tempo, a atuação desses elementos auxiliares de política externa foi retirando-lhes utilidade real.

Algumas dessas organizações foram substituídas e outras novas surgiram, usualmente defendendo causas nobres (direitos humanos, proteção ambiental, etc.). Elas passaram a ser conhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs), lograram considerável grau de reconhecimento formal no âmbito internacional e fizeram com êxito a transição para o período pós-1990. No mundo pós-1990, essas transformações se acentuaram, refletindo a realidade predominante da existência de uma superpotência única e de um triângulo de poder econômico mundial. As ONGs merecem especial atenção pela utilização que de algumas delas fazem ou podem fazer a superpotência, as mega-potências e, até certo ponto, as potências ascendentes. O passado recente oferece muitos exemplos desse emprego sub-reptício de verdadeiros mecanismos auxiliares de política externa.

Presentes no cenário internacional, cada vez mais atuantes, organizadas e motivadas as Organizações Não-Governamentais (ONGs) são agentes de influência ponderável em todos os temas da agenda internacional. De cerca de 1000 em 1958, elas passaram a 18000 em 1990 e hoje já ultrapassam a casa dos 32000 no mundo. Analisar suas finalidades e seus financiamentos constituem pontos imprescindíveis para se contrapor às novas idéias as causas nobres que trincam a soberania nacional e a integridade territorial dos Estados (selo verde e suas implicações no patenteamento e comercialização, antidumping social, doutrina da soberania limitada, interferência humanitária, dever de ingerência, direito de intervenção, internacionalização da Amazônia, novo papel das Forças Armadas dos países periféricos). A combinação das causas nobres com as novas idéias, invocadas pelas ONGs, reforçadas pelos governos sob o slogan “em nome da comunidade internacional”, evidenciam uma imposição intervencionista como regra normal e legítima de atuação internacional, afrontando as normas jurídicas do Direito Internacional e o princípio de autodeterminação dos povos e o exercício da soberania (Costa e Silva, 2002).

4.3 A presença militar

4.3.1 Preservação das fronteiras

O alargamento da fronteira agrícola, os projetos agropecuários, a exploração mineral e a extração de madeira, substituindo parcialmente as atividades extrativistas, elevam a ocupação

graças às rodovias de integração, embora muitas vezes se ignore os grupamentos e a cultura indígenas, e o equilíbrio ambiental.

As dificuldades de comunicação entre a Costa Leste e o Oeste e a inadequação do solo para a produção açucareira, provocaram o isolamento desta região desde o século XVI, o que favoreceu a investida de franceses, holandeses e ingleses para o tráfico das drogas do sertão.

A negligência das autoridades brasileiras ao estabelecer em faixas de fronteira extensas áreas de reservas indígenas e de proteção ambiental dá origem aos vazios do poder do Estado, promovendo de forma irresponsável e criminosa a vulnerabilidade dos limites territoriais (historicamente fixados), da segurança e da defesa do Brasil. O descaso com a capacitação das Forças Armadas e do Serviço Diplomático para a defesa das fronteiras jurídicas, já começa a dar sinais através do desconhecimento das ameaças que recaem sobre as fronteiras metafísicas, sobretudo a institucional (Wesley, 2008).

4.3.2 Apoio às populações

A luta pela soberania da Amazônia parece fazer parte somente do pensamento militar, atento à história das articulações dos interesses internacionais, rompendo a apatia da população e dos governos que se escudam no passado recente para impor limites a um planejamento estratégico objetivo.

A política indigenista somente pode minimizar os efeitos de uma integração, mas jamais conseguirá detê-los em face da dependência que se estabelece de elementos alheios à cultura indígena e ao fascínio irreversível por produtos cuja aquisição encaminha para mudanças na visão de trabalho e comercialização contrárias a políticas assistencialistas que desmerecem os que a ela são submetidos. Deveria compor um conjunto de políticas sociais e trabalhistas com objetivos estatais que suplantassem as tentativas de recriação de condições primitivas abolidas diante da irreversibilidade do processo de integração, cabendo contemplar os diversos graus de aculturação dos diferentes grupamentos contidos em Ribeiro (1982) a fim de se conseguir uma interação razoavelmente satisfatória com a integração econômica e cultural e que, ao resgatar as tradições, não atirassem os indígenas à miséria das periferias urbanas.

Ignorando as deformações líricas ou prosaicas, teóricas ou integrativas, a reformulação da política de colonização a partir dos anos 60 com o surgimento do INCRA⁵, imprimiu novas diretrizes nas ações políticas, que aceleraram o processo de marginalização, assimilação ou integração das populações indígenas, porém sem a compreensão de critérios mais amplos para as zonas onde a incidência do processo de desenvolvimento se realiza e onde o destino das sociedades tribais, enquanto sociedade é de descaracterização progressiva, na medida em que vão se integrando às economias regionais.

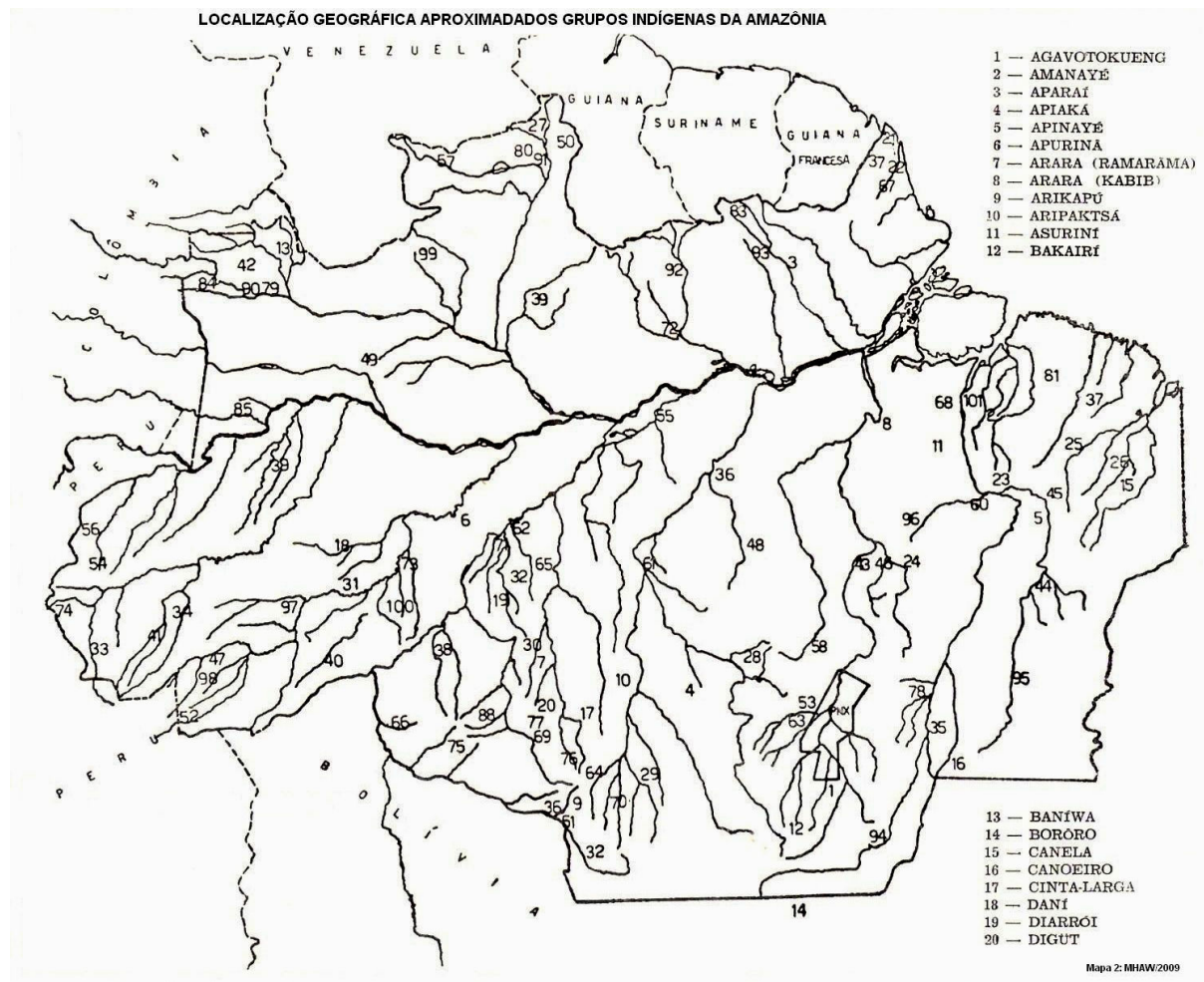
5. A QUESTÃO DA AMAZÔNIA

A Região Amazônica, com cerca de 7 milhões de Km², corresponde a 35% da América do Sul, sendo que a Amazônia Brasileira detém 70% da Bacia Amazônica, com terras drenadas por rios da Bacia, com a maioria dos trechos navegáveis (contrário ao Suriname e a Guiana) e só não faz fronteira com o Equador.

Desconhecida e esquecida pelo governo, a região passou a ser efetivamente explorada apenas no século passado quando o Marechal Rondon, criador da política indigenista brasileira, iniciou a instalação dos telégrafos. Posteriormente outros militares, principalmente durante o governo militar (1964-1984), voltaram-se para a integração da região em nome da soberania nacional criando as rodovias Transamazônica e a Belém-Brasília. Durante a transição democrática em 1984 foi criado o Projeto Calha Norte como forma de ampliar a segurança na face norte do rio Amazonas, a mais desabitada do país e a mais vulnerável.

⁵ INCRA – Instituto Nacional da Reforma Agrária.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA APROXIMADOS GRUPOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA



Mapa 2: MHAW/2009

- | | |
|--|--|
| 21 — GALIBÍ | 71 — PARINTINTIN (KAWAHIB) |
| 22 — GALIBÍ-MARWORNO | 72 — PARUKOTO-XARUMA (HIXKARIANA ETC.) |
| 23 — GAVIAO | 73 — PAUMARI |
| 24 — GOROTIRE (KAYAPÓ) | 74 — POYANAWA |
| 25 — GUAJÁ | 75 — PURUBORÁ |
| 26 — GUAJAJARA | 76 — SABANÉ, TAWANDE (NAMBIKUARA) |
| 27 — INGARIKÓ | 77 — SURUI |
| 28 — IPEWI E/OU KRENAKARÓRE | 78 — TAPIRAPÉ |
| 29 — IRANTXE | 79 — TAILANA |
| 30 — ITOGAPÓK | 80 — TAULIPANG |
| 31 — JARUARA | 81 — TEMBE |
| 32 — KABIXI (NAMBIKUARA) | 82 — TENHARIM (KAWAHIB) |
| 33 — KÁMPA | 83 — TIRIO E KAXUYANA |
| 34 — KANAMARI | 84 — TUKANA |
| 35 — KARAJÁ | 85 — TUKUNA |
| 36 — KARARAO (KAYAPÓ) | 86 — TUPARI |
| 37 — KARIPUNA | 87 — URUBÚ |
| 38 — KARITIANA | 88 — URUPÁ |
| 39 — KATUKINA | 89 — WAIMIRI |
| 40 — KAXARARI | 90 — WANANA |
| 41 — KAXINAWA | 91 — WAPITXANA |
| 42 — KOBÉWA | 92 — WARIKYANA |
| 43 — KOKRAIMORO (KAYAPÓ) | 93 — WAYANA |
| 44 — KRAHO | 94 — XAVANTE |
| 45 — KRIKATI | 95 — XERENTE |
| 46 — KUBENKRANKEGN (KAYAPÓ) | 96 — XIKRIN (KAYAPÓ) |
| 47 — KULINA | 97 — YAMAMADI |
| 48 — KURUAYA | 98 — YAMINAWA |
| 49 — MAKU | 99 — YANOMAMI |
| 50 — MAKUXI | 100 — YUMA |
| 51 — MAMAINDE (NAMBIKUARA) | 101 — ANAMBÉ |
| 52 — MANITENERI | |
| 53 — MANITSAWA | |
| 54 — MARUBO | |
| 55 — MAWE | |
| 56 — MAYA | |
| 57 — MAYONGONG | |
| 58 — MENKRANOTIRE (KAYAPÓ) | |
| 59 — MOREREBI | |
| 60 — MUDJETIRE | |
| 61 — MUNDURUKU | |
| 62 — MURÁ-PIRAHÁ | |
| 63 — MYAHÁ | |
| 64 — NAMBIKUARA | |
| 65 — NUMBIAI | |
| 66 — PAKAANOVA | |
| 67 — PALIKUR | |
| 68 — PARAKANA | |
| 69 — PARANAWAT, TUKUNAFED, WIRAFED (KAWAHIB) | |
| 70 — PARESI | |
| | PNX (PARQUE NACIONAL DO XINGU). |
| | AWETI |
| | JURUNA |
| | KALAPALO |
| | KALAPALO |
| | KAMAYURÁ |
| | KAYABI (KAWAHIB) |
| | KUIKURO |
| | MATIPU E NAHUKUA |
| | MEHINAKU |
| | SUYA E TAPAYUNA |
| | TRUMAI |
| | TXIKAO |
| | TXUKAHAMAI (KAYAPÓ) |
| | WAURA |
| | YAWALAPITI |

Simultaneamente, em especial nas últimas décadas do século XX e no século atual, o interesse mundial pela região surge de uma maneira muito maior que nos tempos do ciclo da borracha, escudado nos perigos da devastação desenfreada da natureza alardeado como um dos principais responsável pelo *aquecimento global*. A girante *biodiversidade* da região ainda des-

conhecida em grande parte é alvo de cientistas e biopiratas, enquanto empresas de capital internacional investem principalmente no setor de extração atrás das riquezas regionais.

O atual decantado desenvolvimento sustentável - a propagada economia política do meio ambiente que o envolve e a problemática ecológica - não só deve pautar-se pela preservação dos recursos e investimentos (tangíveis e intangíveis) realizados, entre si e as instituições, mas requer o uso regulamentado e monitorado numa regra geral que seja conhecida por civis, militares e governo, evitando constrangimentos e comportamentos impróprios presos ao ranço do passado, reconhecendo ainda que um dos motivos da falta de recursos para as FFAA é a crença ambígua de que o país não tem ameaças, apesar das notícias sobre a recriação da Quarta Frota (destinada a realizar missões agressivas nas regiões do Caribe, América Central e América do Sul) mostrar que os interesses estratégicos norte-americanos (coincidentes com as descobertas de novos campos petrolíferos na plataforma continental brasileira) e anteriormente os acidentes da GOL e da TAM terem exposto a fragilidade do sistema aéreo nacional. Em nome da conservação do meio-ambiente, combate ao narcotráfico, destruição das florestas, imigração ilegal, terrorismo (internacional) e proteção aos indígenas, as crescentes intervenções armadas sem o patrocínio do Conselho de Segurança da ONU (servo dos interesses das Potências) aumentarão a intenção de legitimar o direito de ingerência, o que induz a uma Estratégia de Resistência pelas Forças Armadas visando impedir ou dificultar as ameaças à soberania diante da omissão governamental perceptível na liberação de 24 bilhões para o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e Combate à Fome e de 1,2 bilhões para as Forças Armadas (Wesley, 2008).

A aprovação do Supremo Tribunal Federal para a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol em uma área de 1,7 milhões de hectares localizada em Roraima (na fronteira do Estado com a Guiana e a Venezuela) contou somente com um voto contrário, do ministro Marco Aurélio de Mello, justificando e argumentando que *“Não cumprir o dever de consulta pode vir a provocar maior lesão aos direitos humanos, pois parte-se da premissa errônea de que todas as comunidades desejam o isolamento”*. Em seu voto-vista o ministro apontou em 120 páginas várias nulidades no processo demarcatório, entre as quais se destaca o fato de as partes interessadas não terem sido ouvidas, sugerindo o *saneamento* e reinício da ação, indispondo-se com o ministro relator Carlos Ayres Britto.

A reserva, onde vivem cerca de 19 mil indígenas de cinco etnias, havia sido demarcada em 1998, no governo Fernando Henrique e atualmente está em pauta como uma das grandes questões nacionais. O caráter histórico da decisão reside nas regras fixadas pelo STF para as reservas existentes e as diretrizes para as futuras demarcações especificados em 19 pontos no *modelo demarcatório* que impede a formação de Estados Indígenas. Os índios detêm o usufruto das terras demarcadas, mas elas continuam pertencendo à União e com autorização do Congresso, o governo federal poderá explorar os recursos hídricos e riquezas minerais da área. O ingresso, a qualquer momento, das Forças Armadas e da Polícia Federal, bem como a construção de instalações militares, independem de consulta às comunidades indígenas e à Funai. O usufruto tampouco impede a União de criar nas reservas redes de comunicação, vias de transporte e outros serviços públicos. Os indígenas não poderão explorar recursos energéticos, garimpar, cobrar tarifas ou pedágios nem arrendar terras. Quanto à presença de não índios nas áreas demarcadas deverá obedecer a normas da Funai e em nenhuma hipótese eles poderão caçar, pescar ou exercer ali atividades agropecuárias.

Além de cessar o poder discricionário da Funai de implantar e ampliar reservas já demarcadas, fica assegurada a efetiva participação dos entes federativos (União, Estados e municípios) em todas as etapas do processo de demarcação. Apesar de ser voto vencido, o ministro Marco Aurélio ressaltou que *a demarcação correta* só pode resultar do devido processo legal e não de iniciativas de alegado resgate da dívida do País com as suas populações ancestrais.

As reservas criadas a partir dessa dívida contêm vícios de origem e a Funai, até agora agindo livremente, demarcava áreas indígenas e estabelecia as necessidades para justificar a existência das reservas através da emissão de laudos antropológicos.

6. O EXEMPLO TIRIYÓ

A faixa norte da Amazônia localizada na região fronteira das Guianas⁶, onde a cumeada do Tumucumaque constitui o divisor de águas, encontra-se ocupada por diversas tribos indígenas tanto no território brasileiro como no território das Guianas.

Tal região, inserida etnologicamente na *área de floresta tropical*, segundo Kroeber; como *área de cultura básica de floresta tropical*, segundo Steward; como *área das Guianas*, segundo Murdock, e como um dos núcleos da *área cultural Norte Amazônica*, de acordo com Galvão (1960), mostra grupos diferentes, quer na língua quer na diversidade das formas apresentadas. Alguns desses grupos foram bastante estudados e deles se extraíram informações etnológicas valiosas; outros, precária e deficientemente; finalmente, alguns, com apenas ligeiras referências históricas.

Os Tiriyo, povo de língua Karib, ocupam, no lado brasileiro, a região dos Campos Gerais do Iriki (núcleo da subárea da Guiana Brasileira), considerada de difícil acesso, uma vez que os trechos encachoeirados do Erepecuru ou Cuminá e do Paru de Oeste constituem uma barreira natural às Frentes Pioneiras de Penetração Nacional, e a não-incidência de hévea, balata, castanha e outros produtos de origem mineradora ou extrativista faz com que os contatos externos nessa subárea variem, segundo os critérios de Ribeiro (1982, p. 432) desde isolados até integrados, uma vez que os contatos externos também se fazem através de elementos isolados da sociedade nacional.

O século XVIII noticia os primeiros contatos entre os Tiriyo e brancos, estabelecidos de 1736 em diante. Naquela ocasião, os Tiriyo estendiam-se desde o Kourantine/Sipaliwini, por um lado, e o Kafuíne/Panamá, por outro lado, até o alto Oiapoque. Documentos setecentistas mostram que entre os rios Jarí e Oiapoque e seus afluentes situaram-se grupos tidos como extintos, que sobreviveram como *sipes* tiriyo nominalmente, tais como os Aramixó, Kirikirigoto, Aramagoto, Taripyó, Parabayana ou Paramayana, entre outros.

Esses primeiros contatos não foram felizes para os Tiriyo. A tentativa de escravização por parte dos portugueses, auxiliados pelos Oyampi, povo tupi atualmente extinto, deu um caráter negativo a tais contatos, o que fez com que os Tiriyo recuassem até o recôncavo do Tumucumaque (Folha, 1987).

Entretanto, os Tiriyo perceberam as vantagens de certos elementos da cultura da civilização européia, o que os levou a estabelecer contatos comerciais com os holandeses, sendo atingidos pela civilização através dos Xaruma, tribo vizinha, localizados a oeste do rio Kafuíne, e dos Waiana, localizados no alto curso do rio Paru de Leste (Figueiredo & Folha, 1975, p. 81).

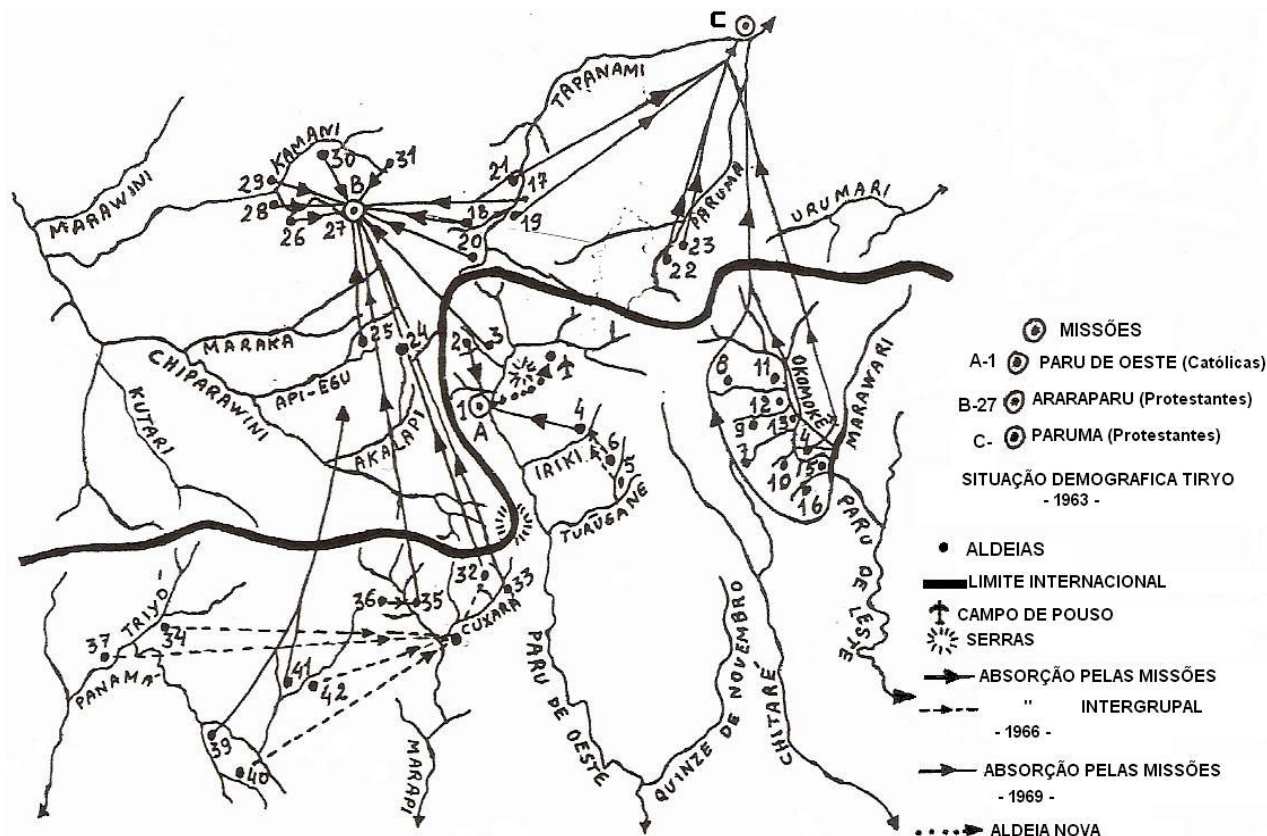
No século XIX, elementos negros fugidos das feitorias holandesas e francesas nas Guianas estabeleceram-se no Marowini/Itani, zona intermediária entre os Tiriyo e os civilizados do litoral do Caribe, sendo os Aruaká e os Diuká os grupos negros mais próximos dos Tiriyo; os Diuká mantiveram estreitas relações comerciais com os Tiriyo até a instalação das missões em 1973.

Após 1950, a procura de bauxita e outros minérios levou à região alguns elementos isolados, que logo desapareceram. Posteriormente, expedições mistas norte-americanas e holandesas, com o mesmo objetivo, tiveram efeitos maléficis entre os Tiriyo, deixando um rastro de latas velhas – dadas como presentes aos nativos –, gonorréia e uma furunculose maligna que dizimou muitas malocas indígenas (Frickel, 1971, p. 14).

Deve-se atentar especialmente aos contatos mantidos com os negros e missionários católicos e protestantes que deixaram marcas não só na cultura material como no que se refere à ideologia Tiriyo.

As missões protestantes, estabelecidas no Suriname, atraíram e centralizaram um total de treze aldeias das quarenta e duas existentes, quer no lado brasileiro quer no Suriname, por volta de 1963.

⁶ Hoje dois países independentes – Guiana e Suriname – e uma colônia, a Guiana Francesa.



Em 1966, mais três aldeias foram atraídas para a missão protestante de Araraparu e a de Paruma atraiu mais nove aldeias do Okômokê, enquanto a missão de Paru do Oeste (católica do lado brasileiro) centralizou apenas duas aldeias.

Em 1969, somente existiam três grandes núcleos de centralização: a missão de Paru do Oeste, a missão de Araraparu e a missão do Paruma.

Com o estabelecimento das missões criou-se uma barreira ao contato entre negros do Suriname e os Tiriyó; entretanto, percebe-se a influência desses negros especialmente na vestimenta – anteriormente feita de miriti – e nos instrumentos líticos, substituídos respectivamente por panos e miçangas e utensílios de ferro. Como os negros só faziam uma viagem por ano, as alterações ideológicas foram pouco verificadas. A miscigenação com o elemento negro trouxe um fenótipo que sempre é discriminado entre os Tiriyó.

Até então, praticamente só a cultura material havia sido afetada, mas, com as missões, o choque cultural alterou profundamente os costumes Tiriyó, pois esses nativos não mais realizaram festas tradicionais (caçadores, coletores etc.), não preservaram danças, cantigas de festas e bebidas (especialmente o Sakurá), não fumaram mais o Tauari e mesmo os cigarros dos civilizados evitaram e não contaram mais lendas nem falaram dos pajés ou atuação destes pajés, espíritos e ancestrais, que foram parar no *grande fogo* por não conhecerem a Bíblia.

Essas modificações dificultaram os estudos do referido grupo, uma vez que os indígenas têm vergonha e/ou medo de seus primitivos.

A instalação de um aeroporto da Força Aérea Brasileira, próximo da missão do Paru de Oeste, mantém contato com a aldeia e a missão, que se servem dos aviões para a obtenção de certos produtos e medicamentos em troca da conservação da pista de pouso.

As missões protestantes do Paruma e Araraparu, responsáveis pelo desaparecimento de traços culturais entre os Tiriyó, reforçam a posição de que, por mais hostis que sejam os grupos, estes podem ser pacificados, o que não elimina a dura realidade de que a política governamental e as missões religiosas brasileiras são incapazes de assegurar a sobrevivência dessas populações, contribuindo para que missões e ONGs estrangeiras se fortaleçam na Amazônia Brasileira.

O exemplo dos Tiriyo atraídos pelas missões protestantes da Guiana e do Suriname, permanecendo no lado brasileiro somente 2 das 43 aldeias existentes no Tumucumaque realçam o fato de que por mais hostis que sejam os grupos, estes podem ser pacificados o que reforça a posição de antropólogos nacionais de peso como Galvão, Darcy e Figueiredo – atualmente “apagados” /esquecidos nas instituições de ensino superior nacionais – que consideravam o *processo de integração como inevitável*, o que não elimina a dura realidade brasileira de que a política governamental e as missões religiosas nacionais são incapazes de assegurar a sobrevivência das populações pacificadas como idealizou Rondon, que esteve entre os Tiriyo em 1928.

Isso leva a triste constatação de que nos dias de hoje os antigos donos da terra parecem ter chegado ao fim do caminho, ajudados pela posição abraçada por profissionais que insistem na tese do isolamento para preservar “*o índio puro, a criança grande e ingênua*”.

A absoluta ausência de uma *política de integração para o indígena* faculta, dessa forma, a assimilação/integração desses por ONGs e missões estrangeiras, agravada pela criação do Parque Nacional do Tumucumaque, em julho de 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso a fim de honrar compromisso formal em *conservar* 10% do território nacional com o príncipe Philip (fundador e presidente Emérito do WWF) bem como justificar sua presença na RIO+10 em Johannesburg.

Com território equivalente ao da Bélgica (38.000 Km²) o Parque Nacional do Tumucumaque na região fronteira com as Guiana Francesa abriga em seus 3,8 milhões de hectares a Reserva Indígena Tiriyo (Apalai, Wainá e Kaxuiana), esta contígua ao Suriname.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após a fase precursora dos navegantes e exploradores, como Pinzon e Orellana, a ocupação do território amazônico pelos Portugueses deu como retorno imediato a fundação do Forte do Presépio, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco.

A colonização na Região Norte, a partir do séc., XIX, por imigrantes estrangeiros e nacionais, sempre foi alvo da preocupação dos presidentes das províncias no Império e dos governadores de Estado no ciclo republicano. Pode-se afirmar que tal colonização, descartados os resultados, sempre constituiu o elemento central do pensamento oficial quando relacionado à política agrícola, como afirma Geraldo Coelho (1978), colocando que a “*frequência com que os documentos oficiais se reportam a necessidade de organizar a mão-de-obra e a agricultura em núcleos, permite, mesmo a priori, concluir-se que a produção e abastecimento dominaram a ação do Estado ante os efeitos desencadeados pelo extrativismo da borracha*” (Coelho, 1978, p. 41).

A tentativa de organizar a mão-de-obra em colônias já vinha sendo feita desde o início do segundo quartel do século XIX pela economia cafeeira no Brasil; com imigrantes estrangeiros em colônias de parceria, e a partir de 1850, com as modificações ocorridas na agricultura devidas à extinção do tráfico de escravos, procurou-se organizar o pequeno produtor e a produção agrícola em colônias. Torna-se evidente, embora com certas restrições, que a colonização estrangeira soava como a salvação da agricultura e como meio capaz de assegurar o futuro do Império.

A crescente aceitação de substituir o trabalho servil pelo livre acarreta, a nível ideológico, a valorização de imigrante estrangeiro como elemento fundamental para o progresso e a agricultura, e é por meio da analogia entre progresso agrícola e imigrante que surgem no Brasil grupos partidários dessa mentalidade progressista em defesa da colonização como alternativa para supressão do trabalho escravo na agricultura brasileira, apesar dos primeiros limitados resultados obtidos nas colônias em São Paulo.

Mesmo levando-se em conta as variações de intensidade face à organização diversa das províncias do império, a aceitação de mão-de-obra estrangeira como sinônimo potencial de progresso agrícola se dissemina pelo Brasil. Essa ideologia atinge também as províncias do Norte e seus componentes básicos são assimilados pelos líderes políticos relacionados

intimamente com o grupo hegemônico regional (Coelho, 1978, p. 41).

A crescente desorganização da agricultura faz com que se estabeleçam os limites da atuação do Estado e se coloque a terra como garantia pela colonização e o êxito do trabalho estrangeiro.

7.1 PND (Política Nacional de Defesa)

O atual modelo político norte-americano congelou qualquer reação das instituições aos alardeados direitos humanos diante dos recentes acontecimentos na Rússia, Israel, Afeganistão e China, além de resultarem no esvaziamento da ONU e desconsiderar o quadro hemisférico que apresenta realidades diversas, o que, obviamente, inviabiliza a existência de instrumentos de segurança coletiva para a América Latina.

A breve exposição feita possibilita identificar alguns *pontos vulneráveis* da Defesa Nacional, conforme a análise feita por Côrtes (ESG, 2000) e considerados por este Autor como *pontos de risco*, diante do contexto propício a ocorrências de instabilidade, ressurgimento de ideologias, conflitos locais, surgimento de nações *ilegais* e possibilidades de isolamento, discriminados como segue:

- ◆ envolvimento de parte da elite na composição do Estado Paralelo;
- ◆ enfraquecimento do Estado pela perda de autoridade e do controle;
- ◆ aumento da desigualdade, e, por consequência, da violência;
- ◆ descomprometimento governamental.

A avaliação *en passant* do impacto da violência e do terrorismo nas sociedades, levam a tentar propor algumas posições densas e fortes, objetivando a reversão da atual situação e o fortalecimento do PN, e passando a constituir *pontos favoráveis* abaixo enumerados:

- ◆ esforço maciço;
- ◆ comprometimento governamental;
- ◆ polícia eficiente;
- ◆ punição severa ao suborno;
- ◆ intervenção direta e diária;
- ◆ integridade do judiciário;
- ◆ estudar possível cooperação dos envolvidos no crime organizado (tendo em tela o exemplo italiano)

Atualmente a oposição entre a América do Norte e a América Latina, obriga a última a viver dramaticamente papéis alternos no âmbito de um processo civilizatório, válidos no mundo, tanto para povos subdesenvolvidos quanto para as classes da base da pirâmide social das nações prósperas.

Como no final do século XIX e início do século XX, quando as forças renovadoras desencadeadas pela Revolução Industrial impulsionaram as lutas da independência, a revolução tecnológica desencadeia um novo processo civilizatório que percorre a América e o mundo. Sob as estruturas de dominação tradicional, onde quer que elas existam e qualquer que seja a sua forma, emergem forças renovadoras. Cada qual tem sua própria causa, mas todas são identificáveis como agentes do processo civilizatório, aglutinadas como representações de duas atitudes históricas: a que quer reter o passado, e a que precisa construir o futuro.

No bojo desse processo, a América Latina volta aos tempos bolivarianos. Novamente são chamadas à cena as tensões estruturais anti-oligárquicas e anti-coloniais que espocaram tantas vezes em guerras intestinas, como as emancipações e sublevações centenárias de escravos, de índios e de camponeses.

No romper do século XXI a utilização da tecnologia intensiva e sua rápida difusão trouxeram benefícios às organizações, graças à rede mundial de comunicação e o acesso à informação e ao conhecimento, mas também trouxeram inúmeras dificuldades e perigos quando utilizadas desfavoravelmente nas sociedades, vindo a constituir-se em fonte de ameaça nacional.

Embora ainda não se tenha uma situação análoga a da Colômbia, onde a guerra está associada ao terror, a extensão territorial que configura o Estado Brasileiro como líder regional, tem nos países limítrofes a permanente ameaça terrorista.

A indefinição de Objetivos e conseqüentemente de estratégias para a Defesa Nacional surge da dificuldade em avaliar o impacto da violência e do crime organizado no Estado Brasileiro, levando à suposição da existência do envolvimento e apoio de elementos situados no cume da pirâmide social: desembargadores, juizes, políticos, além dos incontáveis recursos judiciários, a favorecerem a atuação na base da pirâmide do comando do tráfico e a constituição e estabelecimento de um poder paralelo representado pelo crime organizado. Não há como evitar ou rechaçar o fato de que, seja qual for o Estado, o crime organizado só se estabelece com o apoio institucional, e se caracteriza pela perda da dimensão entre o legal e o ilegal que representa o elemento ativador e confirmador do poder paralelo (Wesley, 2008).

7.2 Re-equipamento, revisão política e orçamentária e conscientização

O descaso com a capacitação das Forças Armadas e do Serviço Diplomático para a defesa das fronteiras jurídicas (Wesley, 2008), pode ser facilmente constatado no desprezo às evidências de fragilização de poder, soberania e segurança *como coisas de militares*.

A atual crise brasileira se deve ao desaparecimento da organização que mantinha unidos os interesses regionais, configurados no controle do Congresso, condição indispensável, apesar do Presidencialismo, por setores politicamente dominantes, revelando nos dias de hoje uma sensação de desconforto pelo reconhecimento da não superação das divergências regionais, aqui consideradas como fatores nacionais negativos, a se evidenciarem em fatos políticos como o separatismo gaúcho; no sentir-se excluído das elites nordestinas que almejam livrar-se do que consideram imperialismo paulista; na idéia paulista de que esse estado sozinho poderia ser um país, e no descuido do Estado brasileiro com a região Amazônica, considerada geopoliticamente zona amortecedora para a segurança do Nordeste e do Oeste, uma área legal para se investir e ganhar dinheiro, onde os movimentos ecológicos alardeiam a dependência mundial da preservação das florestas do Norte, podendo, algumas vezes, encobrir interesses estrangeiros, intensificados diante do abandono político, social e econômico de parte do território nacional.

O desinteresse do governo central, a densidade demográfica rarefeita e o direcionamento de colonos estrangeiros para o Sudeste, reforçam o abandono da Região (Reis, 1960). Ao longo dos séculos, somente os militares, os índios e mestiços foram elementos permanentes na região e, graças a eles, mantiveram-se e se preservaram as fronteiras, a integridade e os limites territoriais firmados em tratados, destacando-se o apoio contínuo de militares às populações e pesquisas científicas nacionais, independente do sistema de governo.

No século XX ocorre o adensamento populacional próximo a foz do rio Amazonas (Belém) e no Médio Vale graças à exploração agrícola de arroz, juta e pimenta-do-reino, destinada quase sempre a exportação.

O desenvolvimento industrial pós 2ª Guerra, a mecanização do campo e a emigração estrangeira centralizados no Brasil Platino aumentarão perigosamente o desequilíbrio da Região Norte conforme alertou Menezes Cortes (1958), seguido de Osiris Silva (1962) e Coelho (1978).

As complexidades atuais cujas pressões internacionais geralmente são consideradas como frutos da imaginação de militares atestam o profundo desconhecimento de interesses históricos e científicos evidentes desde 1743 com Charles Marie Condomine, Humboldt, Langsdorff, Tounay, Wallace, Agassiz, Henri Anatole Condreau (que morreu nas cachoeiras do rio Trombetas em 1889) e tantos outros.

A extensão territorial da Amazônia Brasileira, comportando quase toda a Europa, não pode prescindir de uma Política de Integração Regional e de uma Política de Integração Indígena diferenciada para a Amazônia Brasileira apoiada em contingentes e equipamentos capacitados, na medida em que a Amazônia Brasileira detém 99% das Terras Indígenas nacionais o que por si só já evidencia a *ambigüidade política nacional* cuja Política Interna estabelece as Terras Indígenas no Sul e no Nordeste em áreas pequenas e onde 30% dessas populações vivem na

periferia dos centros urbanos enquanto a Política Externa permite a demarcação na Amazônia Brasileira de reservas contínuas nas fronteiras, ao arripio da soberania e da segurança, escudando-se no *resgate de uma dívida* que suplanta e ignora o processo legal.

Nas considerações finais às colocações feitas, enfatizamos a *irreversibilidade da integração dos diversos segmentos indígenas* – que será feita por nós ou por outros – como um ponto nevrálgico do Plano Nacional de Defesa no que concerne à Amazônia Brasileira e onde a Estratégia Nacional de Defesa a ser desempenhada pelas Forças Armadas não pode ser improvisada nem pode se pautar no desconhecimento dos brasileiros sobre a realidade da Região, originados em grande parte de relatos televisivos superficiais, quase sempre falsos ou ilusórios, gerando uma percepção deformada da necessidade de Defesa que endossa uma regressão do pensamento estratégico amplo, global e social de Castelo Branco, levando a considerar como prioridades para a Amazônia, a urgência na *recuperação orçamentária das Forças Armadas* a fim de se obter melhor desempenho de uma *Estratégia de Presença* pautada na *Capacidade Logística* graças à utilização de Satélites e Veículos Lançadores, GPS e VANTS, conformando uma Estratégia de Defesa onde a *conscientização civil* - de que Defesa não se restringe a militares - e a *revisão orçamentária* sejam pontos basilares.

A conjuntura nacional hodierna ao considerar as pressões internacionais como elemento detonador da urgência de uma Política de Integração Nacional, tem nas Forças Armadas seu elemento basilar e jamais se pode esquecer o fato de que o Brasil Brasileiro, com todas as marcas de comportamentos passados *é a cada momento um pouco de todos nós*.

AGRADECIMENTOS

Tendo sempre presente que toda produção escrita não pode ser considerada individual e que para ser concretizada são carreados os esforços de inúmeras pessoas que se incorporam ao ato de gestar toda a energia empregada, no sentido de fazer vir à luz pensamentos, experiências, problemas e possíveis soluções, agradeço destacadamente aos eternos amigos General Glênio Pinheiro e ao Embaixador Marcos Henrique Camillo Córtes pela paciência, elegância, estímulo e apoio que sempre dispensaram aos meus escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Editora Umberto Calderaro (Coleção Amazoniana-1), 1977.

CARVAJAL, Gaspar. **Relação** IN *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. São Paulo: Brasiliana, Vol. 203. Companhia Editora Nacional, 1941.

CÔRTEZ, Marcos Henrique Camillo. **Preservação do Estado Nacional ante o processo de globalização**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XII, nº 34. 1997

_____. **As violações invisíveis das fronteiras: proposta inovadora para a tipologia das fronteiras**. Rio de Janeiro: Revista Idéias em Destaque, nº 20, jan./abr. 2006

_____. **Panorama Geoestratégico do Terceiro Milênio. Perspectivas para o Brasil**. Rio de Janeiro: Doc. Confidencial, Exemplar No. 01, 1995.

COSTA E SILVA, Paulo Roberto. **Integração Sul-Americana**. Rio de Janeiro: revista da Escola

- Superior de Guerra, Ano XIX, nº 41. 2002
- FERREIRA, Oliveira S. **Reflexões sobre a Nação e a Amazônia**. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- FIGUEIREDO, Napoleão & FOLHA, Maria Helena de Amorim. **Las sociedades tribales en la Amazonia Brasileña**. México: America Indígena, Vol. XXXVII, Nº. 4, 1977.
- FOLHA, Maria Helena de Amorim. **Notas etnográficas sobre os Tiriyo**. Maceió: Revista do CHLA, Ano II, Nº 4, Junho de 1987. p. 09-14
- FOLHA, Maria Helena de Amorim. **Colonização terra e o pequeno agricultor: modificações face a escassez de terra**. Revista do CHLA da Universidade Federal de Alagoas. Ano III Nº 5, Maceió, 1990
- FRICKEL, Protásio. **Os Tiriyo: seu sistema adaptativo**. Hannover: Volkerkundliche, Abhandlungen, 5, 1973.
- GALVÃO, Eduardo. **Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959**. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia Nº. 8, 1960.
- _____. **Estudos de Antropologia na Amazônia**. IN *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa, Vol. 2 – Antropologia, 1967.
- GUAJARÁ, Barão de. **Catechese dos índios no Pará**. IN *Anaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém: Imprensa Oficial Tomo II, 1902.
- HARRIS, Marvin. **Padrões raciais na América**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEONEL, Benedito Onofre Bezerra. **Homenagem da Associação Comercial do Rio de Janeiro aos Ex-Combatentes no Dia da Vitória**. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, Ano XIII, nº 36. 1998.
- LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem**. São Paulo: Editora Nacional, 1945.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Novas teorias do poder mundial**. Rio de Janeiro: Revista Idéias em Destaque, nº 20, jan./abr. 2006.
- MAUÉS, Heraldo. **Congregações religiosas na Amazônia**, IN *Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia*. Belém: Grêmio Literário Português, 1968.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. **An experimental formulation of horizonstyles in the tropical forest area of South America**. IN *Pre-Colombian art and archaeology*. S. K. Lothrop: Ed. Cambridge. 1961
- MENEZES CÔRTEZ, Geraldo de. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros), 1958.
- OSIRIS DA SILVA, Luiz. **A luta pela Amazônia**. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira Reis. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro:

Editora Nacional, 1960

RIBEIRO, Darcy. **Culturas e línguas indígenas do Brasil**. IN *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Vol. 2 – Nº. 6, Ministério da Educação e Cultura, 1957.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas do Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 4. ed.1982.

WUTHENAU, Alexander von. **América: 500 anos de história**. México: Editorial Diana, 1995.

REFERÊNCIAS FONTES VIRTUAIS

WESLEY, Maria Helena de Amorim. **O Brasil entre estruturas desfavoráveis no limiar do terceiro milênio**. <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>. 2000.

_____. **Reflexões sobre a Política Nacional de Defesa Brasileira**. Niterói: ABED – II Encontro Nacional 8ª Sessão – Defesa Nacional